

Balanço mensal

Fotos de Custódio Coimbra



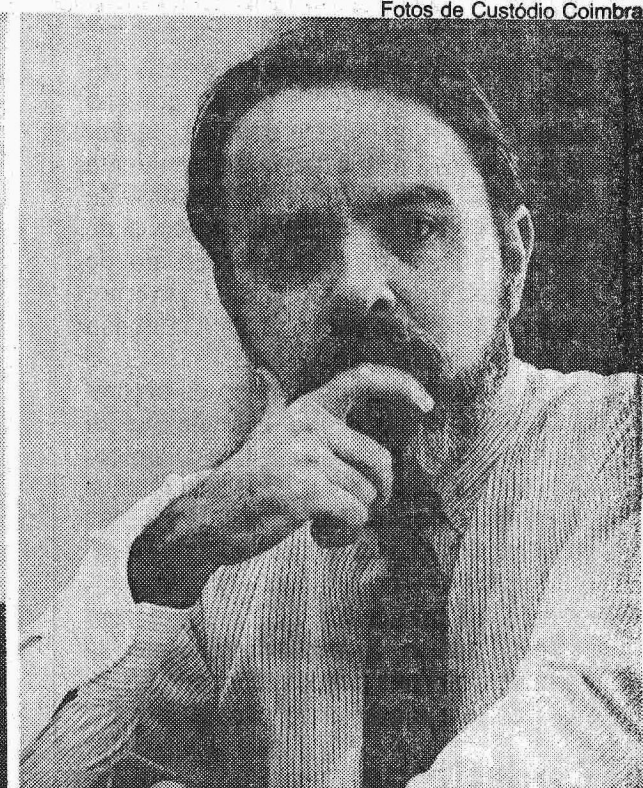
Márcio Fortes



Paul Singer



Mário Henrique Simonsen



Rogério Werneck

A situação mais grave da história econômica

Márcio Fortes — Ninguém é bobo de negar que a situação atual é a mais grave da história econômica brasileira, pior do que o ano passado, quando existia um indexador automático, com defeitos, mas era uma defesa.

Mário Henrique Simonsen — O setor real estava funcionando.

Márcio Fortes — Agora, paradoxalmente, há uma ação da estrutura política do país que é uma ação madura e nós temos de confiar nela. Ninguém quer voltar à situação anterior ao Cruzado, mesmo quem ganhava com a inflação, porque existe uma nova participação política.

Edmar Bacha — O primeiro aspecto que quero comentar é que os casos de hiperinflação conhecidos aconteceram quando o governo perdeu completamente o controle sobre a operação do sistema. Foi assim com Allende no Chile de 1973 e com Isabelita na Argentina de 1974. Na medida em que o sistema político brasileiro se sustentar controlará o conjunto. O fato do Banco Central se manter como um núcleo de sanidade dentro deste governo, sustentando uma política, é auspicioso, apesar das críticas. Porque indica que pelo menos até agora se mantém o controle monetário na economia. Somente com o descontrole monetário floresce a hiperinflação. É um fato que ainda temos governo. Mas temos um problema: o pacto social mostrou que as demandas dos agentes econômicos são absolutamente in-

Foi o primeiro debate em que se falou mais de política do que de economia. Os seis participantes do Balanço Mensal promovido pelo JORNAL DO BRASIL mostraram-se impressionados pela dramaticidade e profundidade da crise econômica que o país atravessa — e igualmente preocupados com a reduzida capacidade que Executivo e Assembleia Constituinte mostraram até agora para obter um consenso político e possibilitar a implementação de medidas práticas, consideradas por todos como muito urgentes.

O Cruzado, diz um de seus arquitetos, o economista Edmar Bacha, cumpriu sobretudo uma função central: garantir a sobrevivência política do presidente José Sarney até o momento da instalação da Constituinte. “Agora o



poder do presidente se fragiliza”, afirma César Maia, economista e constituinte pelo PDT/RJ. “Discordo, a autoridade do presidente se fortalece”, replica o empresário Márcio Fortes, recentemente nomeado presidente do BNDES.

Rogério Werneck, outro participante da roda, ganhou a concordância de todos ao afirmar que a idéia de um consenso político está sendo mistificada. “A agenda do governo é toda em cima de ganhos, mas enquanto não se chegar à parte de como distribuir as perdas entre salários e lucros nada se avançará”, afirmou. Todos acham também que aos partidos políticos falta maior empenho no debate político-econômico e suspeitam que a maior interessada na discussão — a sociedade — acaba ficando ao largo.

ção de um plano coerente, embora cada um de nós tenha suas preferências. O problema é conseguir adesão política para que o plano se torne politicamente factível. No momento não há uma discussão que leve ao consenso na execução. Eu temo que talvez seja necessário um aprendizado doloroso para que o Brasil chegue a um consenso quanto à maneira de executar um plano.

Edmar Bacha — A grande revelação que emerge hoje do Plano Cruzado é que a apreensão do presidente Sarney era correta, de que o Cruzado foi um instrumento de sustentação política do presidente para atravessar o conturbado período político em 1986 até chegar às eleições de novembro. Em novembro de 1985, a percepção da maioria dos brasileiros era de que faltava a Sarney o cacife político de Alfonsín. No governo falávamos que com aquela inflação de 1985 não se chegaria à Constituinte para fazer o pacto político necessário. Com o Plano Cruzado chegamos à Constituinte. Ao contrário do que vocês dizem, agora o panorama se simplifica. Agora temos uma estrutura política montada para fixar uma política econômica, ao invés de utilizar mágicas econômicas para resolver problemas políticos. Agora que chegamos à Constituinte, me pergunto se os constituintes e a organização política agora redefinida vão ter tempo para, dada a gravidade da crise econômica, fazer a repactuação política necessária até uma política econômica consistente. É por isso que acho a postura determinada do Banco Central muito importante, porque é uma mensagem muito clara: “Não vamos permitir a hiperinflação.”

César Maia — Muito bem, Bacha. Para

esse negócio ser eficiente, basta dizer como o Delfim Netto. “Não tem hiperinflação, mas tem hiper-recessão.” Não tem garantia: é uma ou outra.

Paul Singer — Juntando os pensamentos de Bacha e César Maia, acho que o caminho é um caminho democrático também consistente. Se a economia se desregula seriamente, as questões de médio prazo nunca serão atacadas. Eu estou muito crítico em relação aos parlamentares e aos partidos políticos, inclusive ao meu, porque o discurso dos políticos dirige-se mais aos fins — todo mundo quer redistribuição de renda, pleno emprego, grande crescimento da economia —, mas deixa-se aos técnicos a decisão de como chegar lá. A discussão dos técnicos, economistas em particular, trata geralmente dos meios, porque os fins são pressupostos que a população e os políticos compartilham. Então há um debate real entre economistas sobre como chegar lá, mas a grande massa dos políticos não entra na discussão, somente os economistas políticos.

Márcio Fortes — Tem muito discurso e pouco debate.

Paul Singer — Mas o debate não chega ao resto da sociedade. Discordo de Bacha quando fala em política econômica austera. A austeridade tem suas claras conotações internacionais e históricas: na verdade os trabalhadores serão os grandes perdedores no reequilíbrio, ou seja na eliminação de certas demandas. Eu sustento que há excesso de demanda na economia, assim como há falta de mercadoria e sublocação de serviços. Se há excesso de demanda a ser eliminada para se atingir o mínimo de volta à

normalidade da economia, a questão central do ponto de vista de justiça social, do interesse da maioria, é saber quais são os setores que devem ter seu consumo defendido. Eu acho que são os setores de consumo supérfluo.

Edmar Bacha — Você diria que há também desalinhamento nos preços relativos?

Paul Singer — Claro.

Edmar Bacha — Há problemas de lucratividade...

Paul Singer — Mas claro que há.

Edmar Bacha — ... setorial.

Paul Singer — Há faixas de lucros setoriais totalmente absurdas, porque foram produzidas pela fuga ao congelamento. Como você mesmo disse, Bacha, o vestuário está com uma taxa de lucratividade muito elevada porque o congelamento nunca funcionou para roupas. Se formos conviver com a inflação por algum tempo, é mais realista tentar ampliar o intervalo de tempo dos reajustes de preços e salários. Começar, por exemplo, com reajuste bimestral e tentar passar para trimestral, quadrimestral, etc. Mas tem de criar um mecanismo para tornar os reajustes concomitantes. Ou seja, o industrial não vai mexer nos preços por 120 dias, mas ele recebe a garantia de que 70 ou 80% do custo também não vão aumentar no mesmo período. Esta forma contratual teria alguma objetividade, que é a tentação de violar de alguma forma o congelamento.

Rogério Werneck — Esse ponto é importante, porque há uma mistificação da idéia do consenso. A agenda do governo é toda em cima de ganhos, mas enquanto não se chegar à parte do que será tirada não se avançará nada. Ela envolve a discussão de

como distribuir perdas entre salários e lucros, mas também dentro das massas de lucros e salários. Somente após esta fase deve-se partir para os assuntos de médio e longo prazos, porque começar por eles vai transformar as questões de curto prazo nas mais candentes. Com inflação a 20% ao mês e a perspectiva de recessão o chefe de família e o empresário lutarão para manter o seu quinhão distributivo.

César Maia — Existe um ponto óbvio. No momento em que a Constituinte se instala o poder do presidente da República se fragiliza. A crise significa que o Poder Executivo não tem autoridade suficiente para tomar decisões e que a sua fragilidade aumenta com a Constituinte. A saída é através da grande discussão, mas não de um pacto que o governo tentou via lideranças que não têm representatividade nacional. Se o governo chamar para a mesa de discussões, quem perde é ele.

Rogério Werneck — Mas o relógio está correndo.

César Maia — Aí Singer deu a solução. É o PMDB que vai chamar os outros partidos à mesa de negociações, porque tem mais de 50% da Constituinte. Nessa mesa-redonda estarão colocadas todas as questões levantadas por Bacha e todos nós. E o Executivo de terno de gravata só entra se a discussão avançar. Se não, não entra.

Márcio Fortes — Eu discordo de César Maia. Ao contrário do que ele disse, a

O problema é obter adesão política para qualquer plano econômico

compatíveis numa mesa de negociação. Então, devemos acoplar ao pacto social um pacto político. Temos de reescrever o pacto da Aliança, em que os partidos que formam o governo assumam a responsabilidade de uma política econômica austera. Serão medidas duras e impopulares. O país não vai conseguir sustentar o salário real médio do ano passado e o setor de vestuário não vai manter a taxa de lucro de 1986. Os setores fundamentais do processo de acumulação — as grandes empresas e o setor estatal — devem ser reacomodados para permitir a retomada do crescimento.

Mário Henrique Simonsen — Eu reconheço, como disse Bacha, que há no Banco Central pelo menos uma certa resistência racional no sentido de evitar a hiperinflação. Não existem problemas técnicos à elabora-

O governo pensa em ganhos, mas a questão agora é como dividir as perdas

autoridade do presidente da República se fortalece com a instalação da Constituinte, porque demonstra claramente que a sua autoridade não está empenhada em atrapalhar os trabalhos da Constituinte.

César Maia — Poderá se reforçar?

Márcio Fortes — Não. Reforça-se.

César Maia — Poderá?

Márcio Fortes — Não. Reforça-se pelo fato. Pode-se fragilizar se não souber aproveitar os benefícios da instalação da Constituinte. A instalação e o início de seus trabalhos, que aparentemente são razões de tumulto porque os discursos se tornam visíveis, são o grande instrumento de sustentação política do que deve ser feito na economia, porque, por sua vez, só pode ser feito se for bem entendido e apoiado pelos partidos políticos.